

# A Dinâmica da Ocupação Recente Além São Francisco da Bahia<sup>1</sup>

Jean-François Fritsche<sup>2</sup>

A região do além São-Francisco, no extremo oeste da Bahia, vem sendo considerada como a nova fronteira agrícola do Estado. Isolada durante muito tempo (o asfalto só chegou em 1982), escassamente povoada (menos de 3 hab/Km<sup>2</sup>, em relação à quase 20 hab/Km<sup>2</sup> para o conjunto da Bahia), com uma atividade econômica quase exclusivamente agrícola, baseada no binômio tradicional "minifúndio de auto-subsistência/latifúndio de criação hiperextensiva" (uma cabeça de gado para 10 ha.), a região viveu uma primeira fase de expansão nos anos setenta, devido à compra de terras por nordestinos (pernambucanos, principalmente) que implantaram um sistema de pecuária mais moderna e mais intensiva.

Essas novas fazendas, de porte médio (de 500 à 5000 ha.), obtidas por desmembramento de glebas maiores, concentram-se nas zonas norte e leste da região, sobretudo nos municípios de Barra, Cotegipe e Angical.

O produto da venda da terra foi reinvestido, ou na modernização de outras fazendas, ou, muitas vezes, em operações urbanas e aplicações financeiras extra-locais (em Salvador, Recife, ou São Paulo). Por causa do absenteísmo dos donos (que são sociedades ou profissionais liberais) essas fazendas são quase sempre dirigidas por gerentes. Aproveitando-se dos consideráveis incentivos do FINOR e da SUDENE, das numerosas linhas de crédito e da política do Governo de estímulo à pecuária, os novos proprietários encontraram na criação de gado um ramo rentável para aplicar os lucros das suas atividades urbanas. Essa pecuária modernizada, com introdução de raças selecionadas, manejo sanitário do rebanho e desenvolvimento das pastagens plantadas, tinha um mercado assegurado no abastecimento de carne das cidades do Recife e Salvador, nessa época em franca expansão.

A implantação dessas fazendas trouxe uma ampla especulação, não só nas terras de pecuária, mas na região inteira. Vendas, compras, divisões, cercas, revendas, seguiram-se rapidamente, resultando numa quadruplicação das áreas do estabelecimento em dez anos. No Censo Agropecuário de 1970, só 13% das terras da microregião Homogênea 131 "Chapadões do Alto Rio-Grande" estavam ocupadas (967.000 ha.); em 1980, mais de 50% são apropriadas (3.588 milhões de ha.) ou seja, uma incorporação bruta de 2,62 milhões de hectares, dos quais as pastagens naturais perfazem 1,10 milhões de hectares, as matas e florestas 710.000, e as terras inaproveitadas ou em descanso 360.000. No mesmo período, as pastagens plantadas só cresceram de 330.000 hectares, e as culturas permanentes e temporárias de 61.000. Esses simples dados indicam a extensão e a violência de um movimento de especulação que abrange, não somente as glebas já apropriadas, mas também (e principalmente) terras públicas, devolutas ou sem títulos, por grilagem, falsificação de documentação e violência física. A expulsão dos moradores e posseiros que resultou desse processo, aliada à demanda de mão de obra sem qualificação para abertura de terras, trouxe um desenvolvimento do trabalho precário e dos "bóias frias".

No mesmo tempo, o Estado Federal investiu diretamente na região, via um duplo movimento de integração: integração física, com a chegada em 1974 do 4º Batalhão de Engenheiros

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no VIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, Barra dos Coqueiros, Sergipe, Dezembro de 1987.

<sup>2</sup> Pesquisador Visitante do Centro de Recursos Humanos - UFBA.

de Construção, encarregado de implantar e asfaltar o trecho central da rodovia Brasília-Salvador; integração econômica às formas dominantes de reprodução do Capital, com a implantação, sob a responsabilidade da CODEVASF, do perímetro irrigado de Barreiras - São Desidério. Mesmo se o funcionamento interno e os resultados podem induzir uma primeira idéia de semi-fracasso e de impacto limitado, seria errado subestimar o papel da CODEVASF na transformação do espaço regional. Além da introdução da irrigação que já existia nas margens dos rios), essa intervenção tinha como objetivo superar bloqueios estruturais da economia agrária nordestina e estimular as transformações das relações de produção. Nesse sentido, no entanto o tamanho de fenômeno que importa mais sim a sua existência, pois, desagregando relações tradicionais, induz novas e permite assim a irrupção de formas capitalistas superiores. Ao mesmo tempo, a CODEVASF forçou uma "mobilização" das terras (via expropriação e sorteio de lotes) e a "criação de novas classes sociais antes desconhecidas na região; proletariado rural (trabalhadores sem terra, mão de obra para o perímetro irrigado), pequenos empresários desprovidos dos meios diretos de produção (colonos), tecnocracia de assistência<sup>1</sup>.

Observa-se, assim, o surgimento simultâneo de "proto-mercados" fundiários e da força de trabalho, mercados inacabados, embrionários, mas que foram necessários como etapa preparatória à segunda fase de expansão.

O início desta foi marcado pela chegada em 1979/1980 dos primeiros sulistas que se estabeleceram nas terras de Cerrado dos Municípios de Barreiras, São Desidério, e Baianópolis. O movimento acelerou-se rapidamente e as estimativas para a imigração apontam cerca de 700 famílias de agricultores em, 1982, e mais de 3.000, em 1986, para as quais deve-se acrescentar todo o pessoal de assessoramento técnico, comercial e financeiro, também originário do sul do Brasil. Esses se concentram em Barreiras, ampliando as funções terciárias e transformando a cidade no maior polo urbano do além

São Francisco. A população do Município cresceu de 20.864 habitantes, no censo de 1970, para 41.462 em 1980, urbanos a 72% (só 43% da população era urbana em 1970). Em 1986, a estimativa é de quase 80.000 moradores no município, dos quais mais de 60.000 na sede. Esses dados refletem, não só uma forte imigração, mas também o êxodo rural dos anos setenta.

Desde o início da década, a agricultura da região foi sendo alvo de uma ampla reestruturação, ligada à expansão do cultivo da soja. Desconhecida na região até 1980, mais de 110.000 hectares foram colhidos em 1987. Muito difundida no sul do Brasil, os "gaúchos", como são conhecidos em Barreiras todos os imigrantes do Sul, já tinham uma experiência da soja. O cultivo deste grão necessita grandes áreas mecanizadas, mas pouca mão de obra permanente.

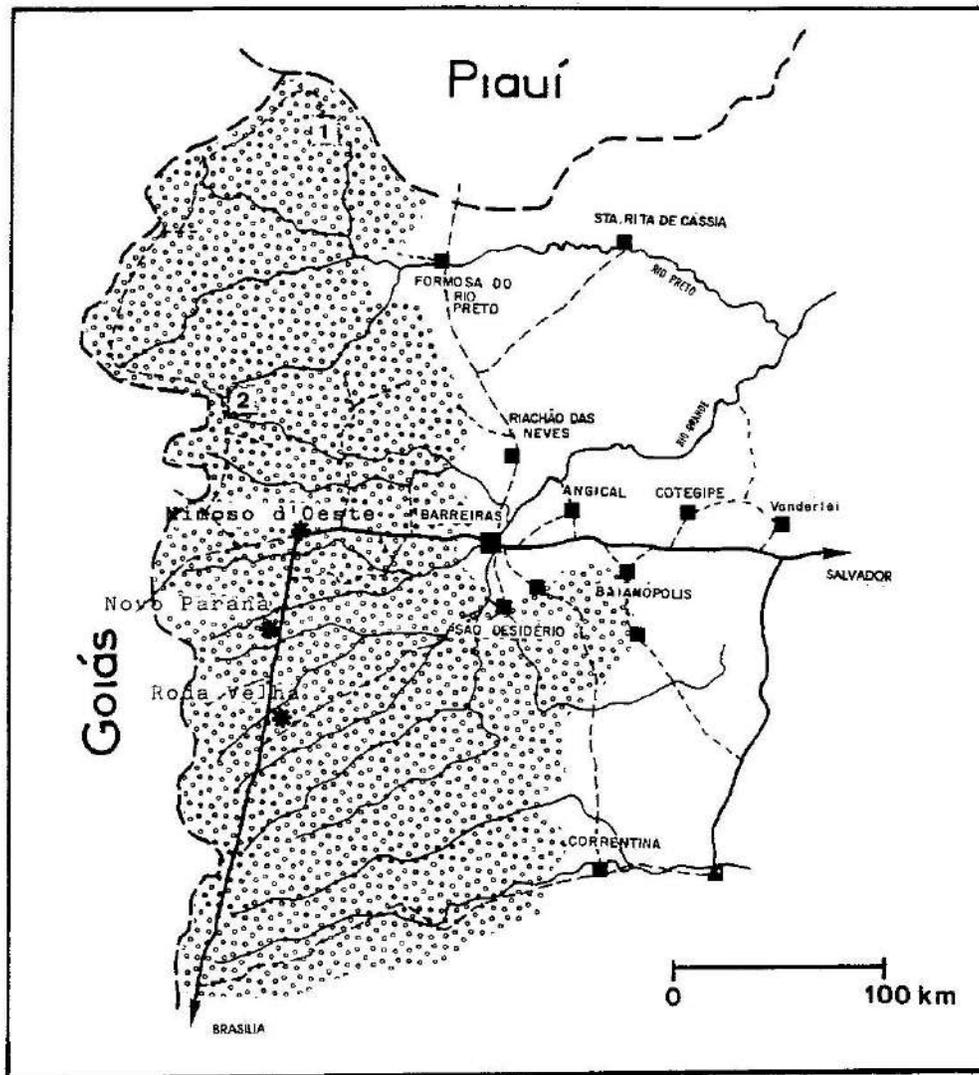
Vários fatores explicam essa transformação rápida. Paradoxalmente, a fraca qualidade dos solos de cerrados foi uma vantagem. Quase sem valor para a pecuária e as culturas, senão com correções e investimentos pesados, essas terras nunca despertaram o interesse dos fazendeiros tradicionais, o que resultou numa grande oferta, preços baixos (50 a 100 vezes inferiores aos valores encontrados no Sul), e uma ocupação humana rala. O relevo muito plano, facultando a mecanização, o asfaltamento das rodovias para Salvador e Brasília (e de lá até Minas Gerais e São Paulo), condições climáticas favoráveis e uma disponibilidade de mão-de-obra foram aspectos positivos a mais.

No entanto, esses fatos só podem ser entendidos em relação à evolução global da economia brasileira. Dadas as transformações nos processos de acumulação, induzidas pelas novas políticas federais e pelas mudanças dos

---

(1) Ver a tese de Lena LAVINAS (1984), e BERTRANO J. P., DROULERS M., LAVINAS L. (1984).

(2) Para maiores informações a respeito do complexo-industrial da soja, ver MÜLLER G. (1982) e o artigo de Costa Barbosa - Ferreira in AUBERTIN & LENA (1986).



MAPA DOS CERRADOS BAIANOS

-  Rodovia asfaltada
-  Estrada de terra
-  Rios
-  Sede de Município
-  Distrito do Cerrado
-  PRODECER : PC Brasil Central (Coaceral)
-  PRODECER : PC Ouro Verde (Cotia)
-  Terras de Cerrado

Fonte de dados brutos: APES - Livro de Registro ... op. cit. ex 58

intercâmbios mundiais, a agricultura do Sul do Brasil enfrentou, nos anos 70, uma fase de brutal reestruturação. Essa dinâmica se traduziu no desenvolvimento de novas produções (soja, cana-de-açúcar por exemplo), uma subordinação maior ao complexo agro-industrial e uma redefinição das relações de produção, resultando num importante êxodo rural. (2)

Tradicionalmente, os trabalhadores sem terra e os pequenos proprietários sem capital eram os mais atingidos; mas dessa vez, o movimento afetou estabelecimentos de porte médio, modernos mas endividados, incapazes de perdurar, dado o crescimento dos ônus financeiros e a evolução negativa das taxas de rentabilidade. Muitos agricultores mudaram-se para as áreas em expansão de Rondônia, Mato Grosso, Goiás, ou Além São Francisco da Bahia. Assim, uma "fronteira agrícola" é também o outro lado de uma frente de expulsão.

Os primeiros sulistas chegaram em Barreiras de modo individual, mas logo a imigração se organizou, seja num quadro familiar, seja no mais formal de uma cooperativa, ou via uma sociedade colonizadora. Muitas vezes se mantêm (ou se estabelecem) laços econômicos entre migrantes e regiões de origem. Tendo um perfil mais próximo do empresário do que do agricultor tradicional, os gaúchos compõem o embrião de uma nova "classe camponesa", moderna e inserida dentro dos circuitos econômicos animados e controlados pelos segmentos oligopolistas do capital. Administrando as fazendas de modo economicamente racional", eles introduzem na região novas relações de produção.

Ao contrário da primeira fase, a intervenção direta do Estado na região é fraca. Apesar dessa quase ausência física, ele se revela como o autor principal, determinando a dinâmica da transformação. O Estado delimita os ganhos possíveis, os atores e as regras de participação à valorização da região. O Governo Federal dispõe de vários meios para pôr em ação as suas estratégias, como a construção de infra-estruturas energéticas, de transporte ou de armazenamento. Mas os

recursos maiores são econômicos e financeiros: modificação das taxas de câmbio e incentivos à exportação; política de preços, seja na alteração dos preços mínimos (absolutos ou relativos) ou na regulamentação dos custos dos fatores de produção (máquinas, combustíveis, adubos, produtos fitossanitários, força de trabalho). No entanto, o instrumento principal é o crédito rural. A fixação dos valores e das condições de empréstimo, a repartição entre investimento e custeio, entre as diversas culturas e entre as regiões, determinam, não somente a localização e a produção de cada lavoura, mas, também, as condições de rentabilidade.

A nível local, o crédito rural é gerenciado pelo Banco do Brasil. A agência de Barreiras centraliza a maioria dos empréstimos da região e a quase totalidade da alocação às culturas dos cerrados. (3). O controle das agências é, portanto, um alvo considerável. Durante muito tempo, os gerentes foram ligados às oligarquias locais, mas, em 1985, foram nomeados para a direção dois gaúchos. Esses gerentes, mais receptivos aos pedidos dos novos agricultores, dão maior enfoque às culturas "modernas", como a soja, em detrimento das atividades tradicionais (pecuária, algodão, beneficiamento do arroz, comércio atacadista). A renovação da direção indica uma mudança nas atividades portadoras, fonte de riquezas, e nos polos de interesse à nível nacional. Revela, também, uma modificação das relações de poder concomitante a uma transformação das relações de produção.

Os antigos grupos dominantes da região, agora desprovidos do acesso à uma fonte importante de poder (e

(3) a AGÊNCIA do Banco do Brasil em Barreiras conta com cerca de cem funcionários e é a maior do Estado da Bahia em termo de crédito Rural. Na safra 87/88 o Banco do Brasil de barreiras investiu cerca de dois milhões de cruzados novos.

(4) Família tradicional de pecuaristas; o avô foi o primeiro representante do Banco do Brasil em Barreiras. Entre os cinco irmãos, um é Vice-Prefeito, um é Presidente da associação dos empresários e revendedor de automóveis e caminhões, e outro cuida das fazendas da família; um último se apresentou, sem sucesso, às eleições de novembro de 1986 para a Assembleia Estadual.

de capitais privados, inclusive), sofrem um processo de periferização. Alguns, cientes dessa perda de recursos e do perigo de "marginalização", agrupam-se em torno da família do Vice-Prefeito de Barreiras (4), dentro da associação dos empresários, reativada nessa ocasião. Eles procuram concluir alianças com grupos sulistas maiores (especialmente as cooperativas), para os quais abrem as portas da associação. Com efeito esses grupos carecem também de recursos, sobretudo para investimentos. Então eles pressionam juntos, à nível regional e nacional, para obter maiores financiamentos. As famílias tradicionais, raciocinando sobre o perigo (real) da monocultura, estão barganhando o seu apoio para recuperar, para eles próprios, uma fração dos recursos suplementar.

Apesar da ação do Governo Federal ser, sobretudo, setorial, existem programas especializados de atuação. Um deles, O PROCEDER II, abrange a região de Barreiras. Esse segundo "Programa de Desenvolvimento dos Cerrados", projeto Nipo-Brasileiro, prevê a incorporação ao processo produtivo de 150.000 hectares de cerrados nos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Bahia. Está baseado num sistema de colonização privada, dirigida por cooperativas e com uma ampla assistência técnica e financeira, para uma produção moderna de grãos. Assinado em 1979, com 69 bilhões de yens de recursos (465 milhões de US\$ à taxa de abril de 1987), o programa só assenta as primeiras famílias na Bahia em Dezembro de 1986. Entre as duas cooperativas escolhidas para a Bahia, a Cotia, já está instalada na região por razões próprias, e já possui mais 450.000 hectares, enquanto o objetivo total do PROCEDER II na Bahia é de 30.000 ha (dos quais 15.000 são de responsabilidade da Cotia e outros 15.000 da Coaceral).

Fundada no fim dos anos 20, no Estado de São Paulo, por imigrantes de origem japonesa, a Cotia é, hoje, o maior grupo cooperativista da América Latina. Foi especializada, durante muito tempo, no abastecimento de São Paulo em hortifrutigranjeiros, ovos e carne branca, e o recente interesse

voltado para os grãos e para os cerrados corresponde à uma estratégia múltipla de expansão e diversificação: expansão espacial para incorporar novos cooperados e permitir a aquisição de novas terras, já que o mercado fundiário meridional está quase fechado; conquista de novos mercados no Nordeste (óleo de soja, por exemplo); diversificação da produção e aumento de lucros (os grãos, dentro dos quais a soja, já aparecem como a segunda fonte de lucro da Cotia). Temos também de observar que, através do PROCEDER, a Cotia quer captar novos créditos e melhorar a sua posição dentro dos mercados internacionais.

Seja por necessidade, seja por desconfiança frente aos atores políticos, a intervenção da cooperativa ultrapassa o campo restrito da economia e se alastra no âmbito da iniciativa pública. Ela compõe, assim, um espaço privilegiado para a sua atuação. Para suprir uma falta de infra-estrutura de transporte e de energia, a Cotia está negociando com o Governo do Estado da Bahia uma isenção parcial de ICM, em troca da construção, sob a sua responsabilidade, de estradas, pontes, e linhas de transmissão.

As carências de infra-estruturas e uma deficiência em capacidade de armazenamento constituem os principais pontos que impedem a instalação de agro-indústrias e um desenvolvimento mais equilibrado da região. Isso é o resultado do desinteresse pela região do Governo anterior. Existia, no entanto, um convênio entre a CAMPO sociedade mista que se incumbem da implantação do PROCEDER, e a CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional), órgão da administração estadual, convênio pelo qual a CAR recupera parte das atribuições do CAMPO para o Além São Francisco. De

---

(5) O Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia - DESENBANCO - é quem repassa para as cooperativas os empréstimos vindos do exterior.

(6) Ver no documento da CAMPO (1985) o prefácio do Gerente do PROCEDER pela CAR que fala do Oeste Bahiano "... no contexto do Centro Oeste."

modo oficial, à CAR incumbe planificar e coordenar as ações das diversas instituições nesta área. Na prática, o impacto dela foi muito limitado. Além de uma primeira análise em termo de atraso, fraqueza da organização, jogos de poder dentro do aparelho do Estado, ou mesmo falta de real interesse, podemos entender a atuação da CAR de outras formas: marcar presença do Estado num espaço em franco desenvolvimento e fronteira com os outros Estados (consolidação de margens ameaçadas), ficar informado do que acontece (para melhor controlar), inserir-se dentro de novos circuitos financeiros (5). Essa situação de desinteresse mudou com a posse, em março de 1987, de novo Governo do Estado. Vários fatores concorrem para uma intervenção mais ativa: em primeiro lugar, existe uma conjuntura objetiva de bloqueio, ocasionada pela fraqueza de iniciativa pública. Há também um perigo de "desvio", de afastamento" da região, de uma absorção pelos espaços do Centro-Oeste. (6)

Esse não-investimento do espaço pelos atores públicos encontra-se a nível local da Prefeitura, e a nível macro-regional da SUDENE.

A Prefeitura de Barreiras, controlada pelas oligarquias tradicionais ligadas à pecuária, não desempenha papel nenhum no processo atual de desenvolvimento dos cerrados. A passividade, além de uma fraqueza de recursos, denota uma periferização dos antigos grupos dominantes perante os novos circuitos econômicos e de poder. Eles estão sofrendo o princípio de um processo de exclusão das esferas de decisão. A derrota, nas eleições de novembro de 1986, dos dois deputados oriundos dessas famílias, traduz esse declínio. Ficaram dentro de um clientelismo tradicional, sem perceber as transformações sociais induzidas pelo recente desenvolvimento. Isso revela que as formas tradicionais de denominação e de exercício do poder agora estão defasadas e inoperantes dentro do contexto de mudança social generalizada que atinge a região.

O outro grande ausente é a SUDENE. Enquanto a Superintendência incentivou a fase anterior com con-

sideráveis subsídios à pecuária, o interesse para a nova dinâmica é bem recente, posterior a implantação da Nova República, e bastante limitado; o grupo encarregado da Ocupação das Novas "áreas" nem está institucionalizado. O fato de ter de esperar a Nova República e a nomeação de um novo Superintendente para que a SUDENE se voltasse para as zonas em expansão e para o Além São Francisco é significativo de esclerose do órgão, herança do regime autoritário, da sua paralização pelas oligarquias nordestinas, e, sobretudo, da sua não participação nos lugares de decisões reais, onde se estruturam as políticas econômicas de âmbito nacional.

O discurso atual da SUDENE exprime a sua vontade de ordenar e articular o desenvolvimento da região de Barreiras e de integrá-la economicamente ao Nordeste. Nesses planos, o Além São Francisco forneceria a matéria-prima (a soja) aos antigos polos agro-industriais do Nordeste (Ceará e Pernambuco) que assim se reciclariam para a trituração da soja. Os projetos da SUDENE abrangem a construção de infra-estrutura, rodovias, linhas elétricas e telecomunicações. Quando concluído, isso constituirá uma malha, uma armadura do espaço produtivo, e nenhum agricultor ficará a mais de 30 Km. das redes. Outro projeto prevê o assentamento, sobreposto à rede viária, de aldeias para os trabalhadores rurais, com serviços básicos de saúde e educação. Debaixo de um discurso explícito visando melhorar a vida dos trabalhadores, trata-se na verdade de implantar condições materiais ajudando à formação e à gestão de uma força de trabalho, livre e educada, de baixo custo de reprodução, graças à previsão de hortas para o abastecimento das famílias nos períodos de inter-trabalho.

No entanto, o interesse repentino da SUDENE para o Além São Francisco reflete uma estratégia mais ofensiva. Quase sem recursos financeiros, esses programas procuram, sobretudo, impedir um possível "desvio" da região para os espaços de Centro-Sul. A SUDENE, órgão de desenvolvimento regional, não pode, de jeito nenhum, deixar uma área escapar do seu terri-

tório, só porque essa área se desenvolveu. Daquilo decorre essa vontade de "devolver" os cerrados baianos e amarrá-los economicamente ao Nordeste.

Esse não-investimento do espaço físico pelos atores públicos deixou o campo livre para iniciativas privadas. Uma merece um destaque particular, trata-se do loteamento urbano de "Mimoso d'Oeste", a 90 Km de Barreiras, na rodovia para Brasília. O início do processo foi a compra, em 1979, de uma fazenda por um "Coronel" de Goiás. Julgando o lugar apropriado, começou com a implantação de um posto de gasolina. Visto o desenvolvimento agrícola dos Cerrados, resolveu fazer o loteamento urbano para os novos agricultores da região. A princípio foi vagaroso, até que 40 hectares fossem dados à Cotia. Imediatamente a cooperativa resolveu instalar lá a maior parte dos seus serviços, uma estação agrônômica e armazéns. A partir desse momento, o crescimento é rápido, e, em abril de 1987, mais de 1.500 lotes estão vendidos (dos quais 600 à cooperados da Cotia), e 200 famílias já moram lá. Várias empresas se implantam, os serviços se desdobram, tais como hotéis, lojas, oficinas de mecânica, restaurantes, escritórios de planejamento e até um colégio. O posto de saúde é a única intervenção dos poderes públicos (Estado da Bahia) nessa "nova cidade", surgida da valorização dos cerrados. Tudo fica por conta da iniciativa privada, sem intervenção nem controle das instituições estatais ou municipais. Hoje em dia um distrito de Barreiras, Mimoso d'Oeste poderia, em poucos anos, reivindicar a sua emancipação e se tornar um novo município. O mesmo fenômeno pode acontecer com Novo Paraná, também em Barreiras, e Roda Velha, distrito de São Desidério. Assim, ao mesmo tempo que implantam espaços de produção, as novas formas econômicas organizam territórios de reprodução social.

A pergunta que se deve fazer nessa altura, é saber qual rumo vai tomar o processo de desenvolvimento da região. Pode ter êxito a tentativa de interiorização dessa dinâmica

exôgena? A resposta pode não estar nas mãos dos atores locais e regionais, mas sim definidas por estratégias elaboradas à níveis nacional e internacional. Aquilo que está em jogo não é a simples transformação ou a "modernização" de uma região arcaica, mas sim assegurar, aos segmentos dominantes do capital, territórios econômicos e geográficos de reprodução ampliada. O fenômeno atual da "frente da soja" no Além São Francisco da Bahia só representa uma expressão localizada, no espaço e no tempo, de processos muito mais amplos.

## BIBLIOGRAFIA

**AUBERTIN C., LENA P.** (Coord); "Frontières, mythes et pratiques" *Cahier des Sciences Humaines de ORSTOM*, vol 22, nº 3/4 **ORSTOM**, Paris, 1986.

**ANDRADE M. C. de**, "O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste", **SUDENE**, Recife, 1979.

**BAHIA** Governo do Estado, "II Plano de ocupação econômica do Oeste, Plano de ação imediata 85/87, CAR/Seplante, Salvador, 1985.

**BAHIA**, Governo do Estado, "ProOeste, Programa de desenvolvimento do Oeste Baiano", **Desembanco**, Salvador, 1987.

**BERTRAND J. P., DROULERS M., LAVINAS L.**, "Modernisation inachevée et dynamique des marchés du travail agricole et urbain: le Pôle maraicher de Juazeiro-Petrolina et le front pionnier de Barreiras", *Document de travail nº 5*, **CNRS/CRDAL**, Paris, 1984.

**BURSZTYN M.**, "O Poder dos donos, Parejamento e Clientelismo no Nordeste", *Ed. Vozes, Petrópolis*, 1985.

**CAMPO**, "Diretrizes técnicas para o **PRO-CEDER II**, Área de Barreiras - Ba", **CAMPO**, Brasília, 1986.

**DINIZ J. A. F.** (Coord), "A área Centro-Occidental do Nordeste", **SUDENE**, *Estudos Regionais nº 8*, Recife, 1982.

**FAVERO L. A.**, *"L'intervention financière et les nouvelles formes d'intervention de l'Etat dans le secteur agricole au Brésil à partir de 1960"*. Thèse 3<sup>e</sup> cycle, Paris X Nanterre, 1983.

**LAVINAS L.**, *"L'impact des périmètres irrigués dans la vallée du São Francisco. Dynamique de la transition"*, Thèse 3<sup>e</sup> cycle, **IHEAL** Paris III, 1984.

**LOUREIRO M. R.** (Coord), *"Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil"*, Ed. Cortez/Ed. Associados, São Paulo, 1981.

**OLIVEIRA F. de.**, *"Elegia para uma religião; Nordeste, Planejamento e conflitos de classes"*, Paz e Terra, Rio, 1977.

**MULLER G.**, *"O complexo agro-industrial e as transnacionais. O complexo agro-industrial da soja"*, Fundação Getúlio Vargas, Relatório de pesquisa n<sup>o</sup> 24, Rio, 1982.

**SILVA J. G. da.**, *"A modernização dolorosa, Estrutura agrária, Fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil"*, Zahar Ed., Rio, 1981.

## **ABSTRACT**

The western area of the Bahia state is considered a new agricultural frontier, until the seventies, when more modern farms were established by northeastern migrants mainly from Pernambuco state the region was occupied by subsistence minifundia and by large latifundia with a very extensive livestock breeding which presented, in average, one bovine head per 10 hectares. The Government invested on the área through the "FINOR" and other supports from the "SUDENE", and the establishment of the paved road between Salvador and Brasília, which cross the region through Barreiras City.

From 1979 on, a new migration process starts, with migrants from the Brazilian south, the so called "GAÚCHOS". They began the agricultural process by rice cultivation, as a crop able to open the savanna vegetation, and after some years moved to soybean. The changes on the agriculture organization and the society are fully discussed on this paper.